



ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PORTARIA DEPENS Nº 04/DE-2, DE 22 DE JANEIRO DE 2007.

Aprova as Instruções Específicas para o Exame de Admissão ao Curso de Formação de Taifeiros - Modalidade “B” (IE/EA CFT “B”).

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do artigo 2º das Instruções aprovadas pela Portaria nº 128/GC3, de 1º de março de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as Instruções Específicas para o Exame de Admissão ao Curso de Formação de Taifeiros - Modalidade “B”.

Art. 2 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria DEPENS nº 317/DE-2, de 31 de outubro de 2005, e demais disposições em contrário.

Ten Brig Ar PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO
Diretor-Geral do DEPENS

**INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA O EXAME DE ADMISSÃO AO
CURSO DE FORMAÇÃO DE TAIFEIROS DA AERONÁUTICA – MODALIDADE "B"
(IE/EA CFT "B")**

1 FINALIDADE

1.1 As presentes instruções, aprovadas pela Portaria DEPENS nº 04/DE-2, de 22 de janeiro de 2007, e fundamentadas pelas Instruções Gerais para os Concursos de Admissão atribuídos ao Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovadas pela Portaria nº 128/GC3, de 1º de março de 2001, e publicadas no Diário Oficial da União nº 43, Seção 1, páginas 1 a 4, de 2 de março de 2001, bem como pelas Instruções Complementares para os Concursos de Admissão atribuídos ao Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovadas pela Portaria nº 34/DE2, de 29 de março de 2001, e publicadas no Diário Oficial da União nº 71-E, Seção 1, página 11, de 11 de abril de 2001, têm por finalidade regular e divulgar aos interessados as condições e os procedimentos aprovados para inscrição e participação no Exame de Admissão (Modalidade “B”) ao Curso de Formação de Taifeiros da Aeronáutica (EA CFT “B”).

2 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 A ativação de cada Exame de Admissão (Modalidade “B”) ao CFT dar-se-á com a publicação no Diário Oficial da União do ato de aprovação do Aditamento às Instruções Específicas para o Exame de Admissão (Modalidade “B”) ao Curso de Formação de Taifeiros da Aeronáutica (AIE/EA CFT “B”) e do respectivo Edital, com informações pertinentes.

2.1.1 As informações de que trata o item 2.1 estarão complementadas no AIE/EA CFT “B”, divulgado de acordo com o item 2.3.

2.2 O AIE/EA CFT “B”, aprovado por portaria do Diretor-Geral do DEPENS, é um ato complementar, de caráter transitório, contendo as condições e informações aplicáveis e válidas para um único certame, o qual será referenciado no próprio documento.

2.3 O AIE/EA CFT “B” será publicado na íntegra em Boletim do Comando da Aeronáutica a cada exame de admissão a ser realizado. Também estará à disposição nas páginas oficiais do Comando da Aeronáutica na Internet (http://www.fab.mil.br/ingresso/html/EM_ANDAMENTO.htm) e na Intraer (http://www.portal.intraer/Ingresso/html/EM_ANDAMENTO_INTRA.htm).

2.4 Será de responsabilidade do candidato tomar conhecimento destas Instruções, dos respectivos Anexos e Aditamento.

2.5 Para melhor compreensão das orientações e para conhecimento do significado técnico de determinados vocábulos e siglas contidas nestas Instruções, recomenda-se ao candidato consultar o glossário constante no Anexo 1 a estas Instruções.

2.6 QUADRO DE TAIFEIROS DA AERONÁUTICA

2.6.1 O Quadro de Taifeiros da Aeronáutica (QTA), estabelecido pelo Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000, e normatizado pela Instrução Reguladora do Quadro de Taifeiros da Aeronáutica (ICA 39-19), aprovada pela Portaria nº 1060/GC3, de 08 de novembro de 2006, destina-se a suprir as necessidades de pessoal para os serviços de taifa das especialidades de Cozinheiro (TCO) e Arrumador (TAR) nas Organizações Militares do Comando da Aeronáutica.

2.7 ESPECIALIDADE E LOCALIDADE

2.7.1 Cada CFT a ser realizado será ministrado para as especialidades de Cozinheiro (TCO) e/ou Arrumador (TAR).

2.7.2 Os candidatos ao CFT concorrerão às vagas fixadas por especialidade e localidade.

2.8 CURSO DE FORMAÇÃO DE TAIFEIROS (CFT)

2.8.1 O Curso de Formação de Taifeiros, de âmbito regional, ministrado pelos Comandos Aéreos Regionais (COMAR), tem a duração de 16 (dezesesseis) semanas e abrange instruções nos Campos Militar e Técnico-Especializado.

2.8.2 A instrução ministrada no Campo Militar visa, primordialmente, inculcar no aluno uma

mentalidade que o leve a aceitar, com determinação, os postulados básicos da vida militar e desenvolver elevado grau de vibração, devoção e entusiasmo pela Força Aérea. Além das características de higidez física, necessária ao profissional militar, busca-se por meio da referida instrução sedimentar no aluno os princípios basilares da instituição – Hierarquia e Disciplina –, como também, os fundamentos de ética e estrutura organizacional militar, para que, ao terminar o curso, esteja dotado de todas as qualidades que caracterizam e personificam os integrantes da Força Aérea Brasileira.

2.8.3 A instrução ministrada no Campo Técnico-Especializado visa proporcionar o nivelamento dos conhecimentos dos alunos de diferentes origens e formações, em prol de um desempenho profissional especializado que atenda às necessidades do Comando da Aeronáutica.

2.9 SITUAÇÃO DURANTE O CFT

2.9.1 O candidato militar que receber ordem de matrícula terá que estar licenciado e desligado da Organização Militar de origem até a data anterior à da matrícula no CFT.

2.9.2 O candidato matriculado no CFT passa à situação de aluno, sendo declarado Taifeiro-de-Segunda-Classe (T2) e incluído no QTA, mediante ato do Comandante do COMAR responsável pela área onde estiver sendo ministrado o curso.

2.9.3 O aluno do CFT é militar da ativa cuja precedência hierárquica dentro de cada COMAR está prevista na alínea “a” e “b” do item 2.2.3.6 da Instrução Reguladora do Quadro de Taifeiros (ICA 39-19), aprovada pela Portaria nº 1060/GC3, de 08 de novembro de 2006.

2.9.4 Durante a realização do curso, o aluno do CFT, fará jus à remuneração fixada em lei relativa a Taifeiro-de-Segunda-Classe, além de alimentação, alojamento, fardamento, assistência médico-hospitalar e dentária.

2.9.5 O T2 desligado do CFT será licenciado do serviço ativo por ato do Comandante do COMAR.

2.10 SITUAÇÃO APÓS A CONCLUSÃO DO CFT

2.10.1 O Taifeiro-de-Segunda-Classe que concluir, com aproveitamento, o CFT será promovido à graduação de Taifeiro-de-Primeira-Classe (T1) na especialidade na qual realizou o curso, mediante ato do Diretor de Administração do Pessoal, conforme o disposto no parágrafo único do art. 2º do Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica (RCPGAER), aprovado pelo Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000, e no item 2.3.7 da Instrução Reguladora do Quadro de Taifeiros (ICA 39-19), aprovada pela Portaria nº 1060/GC3, de 08 de novembro de 2006.

2.10.2 O T1 será classificado em OM da localidade a que concorreu às vagas, considerando a sua especialidade.

2.10.3 Quando houver vagas para mais de uma OM em uma determinada localidade, a opção pela OM será feita considerando a ordem decrescente da média final obtida pelo aluno ao término do curso.

2.10.4 Após sua classificação, os formandos do CFT obrigatoriamente permanecerão servindo, enquanto no serviço ativo, na região geográfica jurisdicionada ao COMAR no qual realizaram as etapas do certame, ressalvado o excepcional e justificável interesse da Administração.

3 VAGAS

3.1 As vagas fixadas, por especialidade e localidade, para ingresso no CFT estarão discriminadas no item 4 do Aditamento a estas instruções, sendo destinadas aos candidatos aprovados que forem selecionados no exame de admissão e habilitados à matrícula no referido curso, conforme o disposto no item 13.1 destas instruções.

3.2 O candidato, ao se inscrever, deverá optar por concorrer às vagas de uma única especialidade e localidade dentre aquelas disponíveis para o Exame de Admissão.

4 PROCESSO SELETIVO

4.1 O Exame de Admissão será constituído das seguintes etapas:

- a) Exame de Escolaridade;
- b) Exame de Conhecimentos Especializados;

- c) Inspeção de Saúde (INSPSAU);
 - d) Exame de Aptidão Psicológica (EAP); e
 - e) Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF).
- 4.2 Todas as etapas terão caráter eliminatório, sendo que os Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados terão, também, caráter classificatório.
- 4.3 As etapas supracitadas serão realizadas de acordo com a necessidade da Administração, não cabendo solicitação para adiamento, por parte do candidato, independentemente do motivo.
- 4.4 Não haverá segunda chamada para a realização de qualquer etapa supracitada. O não comparecimento a qualquer uma delas implicará a imediata exclusão do candidato do Exame de Admissão.

5 LOCALIDADES PARA REALIZAÇÃO DO EXAME DE ADMISSÃO

- 5.1 O EA CFT-B será realizado nas localidades sedes das Organizações Militares de Apoio (OMAP) designadas pelo Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS) para apoiar os eventos desse exame, cuja relação consta do item 9 do Aditamento a estas instruções.
- 5.2 Para a escolha da localidade onde realizará o Exame de Admissão, o candidato deverá indicar aquela onde está situada a sede do COMAR ao qual concorrerá às vagas, conforme consta do Formulário de Solicitação de Inscrição.
- 5.3 Todas as fases do Exame de Admissão serão realizadas pelo candidato na localidade por ele indicada por ocasião da solicitação de inscrição, salvo nos casos de determinação em contrário por parte da administração.

6 CONCENTRAÇÕES

- 6.1 No período compreendido entre a inscrição e a matrícula, haverá três concentrações, nas quais o comparecimento é obrigatório e cujas datas constam do Calendário de Eventos (item 8 do Aditamento a estas instruções).
- 6.1.1 As concentrações e suas finalidades são as seguintes:
- a) Concentração Inicial – Visa orientar o candidato sobre a realização das provas escritas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados e da Concentração Intermediária;
 - b) Concentração Intermediária – Visa orientar o candidato sobre a realização da INSPSAU, do EAP e do TACF e sobre as solicitações de recurso. Destina-se, ainda, a receber dele cópia da documentação discriminada na alínea “e” do item 13.1 destas Instruções; e
 - c) Concentração Final – Visa verificar o atendimento às condições para a inscrição no exame de admissão do candidato selecionado pela Junta Especial de Avaliação (JEA), receber os originais dos documentos previstos na alínea “e” do item 13.1, para conferência, e orientá-lo sobre a matrícula e o início do curso.
- 6.2 As atividades constantes das Concentrações Inicial, Intermediária e Final serão organizadas e coordenadas pela Comissão Fiscalizadora da respectiva OMAP.
- 6.3 Por ocasião do deferimento da solicitação de inscrição do candidato, será divulgado pelo respectivo COMAR o local onde serão realizadas a Concentração Inicial e as provas escritas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados, de acordo com a localidade de opção do candidato.
- 6.4 Durante a Concentração Inicial, será divulgado pelo Presidente da Comissão Fiscalizadora o local da Concentração Intermediária.
- 6.5 Durante a Concentração Intermediária, o Presidente da Comissão Fiscalizadora informará os dias, horários e os locais da INSPSAU, do EAP, do TACF e da Concentração Final, bem como dará instruções a respeito das solicitações de recurso.

7 INSCRIÇÃO NO EXAME DE ADMISSÃO

7.1 CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

- 7.1.1 São condições para a inscrição no Exame de Admissão:

- a) ser brasileiro do sexo masculino;
- b) ser voluntário;
- c) não ter sido denunciado em processo crime, enquanto a sentença final não houver transitado em julgado, por ocasião da habilitação à matrícula no CFT;
- d) não possuir registros criminais, entendendo-se isso por não haver decisões judiciais condenatórias, com trânsito em julgado, de caráter doloso;
- e) não estar cumprindo pena por crime militar ou comum;
- f) não ter sido, nos últimos cinco anos, na forma da legislação vigente:
 - punido, em decisão da qual não caiba recurso administrativo, em processo disciplinar, por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera governamental;
- g) se militar, estar classificado no mínimo, no “Bom Comportamento” e não ter grau hierárquico superior a Soldado-de-Primeira-Classe;
- h) estar em dia com suas obrigações eleitorais;
- i) estar dentro do limite de idade previsto no item 2 do Aditamento a estas instruções;
- j) se militar, ter parecer favorável de seu Comandante, Chefe ou Diretor, expresso no Formulário de Solicitação de Inscrição, por meio das informações referentes ao atendimento das condições previstas nas alíneas “c”, “d”, “e”, “g”, “l” e “r” deste item;
- k) estar em dia com o Serviço Militar;
- l) não ter sido, anteriormente, excluído do serviço militar por motivo disciplinar, por falta de conceito moral ou por incompatibilidade com a carreira militar, ou desligado de curso ou estágio ministrado em estabelecimento militar de ensino pelos mesmos motivos;
- m) possuir, no mínimo, 1,60 m de altura;
- n) não ser detentor de Certificado de Dispensa de Incorporação, motivado por incapacidade física e/ou mental;
- o) se civil, estar em condições de apresentar, na Concentração Final, certidão negativa de antecedentes criminais no âmbito federal e estadual;
- p) ter concluído ou estar em condições de concluir, com aproveitamento, o Ensino Médio do Sistema Nacional de Ensino, de forma que possa apresentar, na data da Concentração Final do Exame de Admissão e por ocasião do ato da matrícula no respectivo COMAR, o histórico escolar e o certificado ou diploma de conclusão do referido curso, expedido por estabelecimento de ensino reconhecido pelo órgão oficial federal, distrital, regional ou estadual de ensino competente;
- q) ter concluído ou estar em condições de concluir, com aproveitamento, curso relativo à especialidade a que concorrerá, de forma que possa apresentar, na data da Concentração Final e por ocasião do ato da matrícula, o certificado de qualificação profissional básico de garçom (para candidatos à especialidade de TAR) ou de cozinheiro (para candidatos à especialidade de TCO);
- r) não estar prestando o Serviço Militar Inicial por ocasião da matrícula no CFT;
- s) pagar a taxa de inscrição e comprovar seu pagamento; e
- t) inscrever-se por meio do Formulário de Solicitação de Inscrição próprio.

7.1.2 O atendimento às condições para a inscrição no EA CFT-B deverá ser comprovado na Concentração Final, ocasião em que também serão apresentados pelos candidatos os originais de todos os documentos relacionados para matrícula constantes do item 13.

7.1.3 A inscrição, bem como todos os atos dela decorrentes, tornar-se-ão nulos se, a qualquer instante, for comprovado que o candidato, durante o período de inscrição, deixou de atender às condições para a inscrição constantes no item 7.1.1.

7.2 ORIENTAÇÕES PARA INSCRIÇÃO

7.2.1 Para inscrever-se no EA CFT-B, o interessado deverá preencher o Formulário de Solicitação de Inscrição (FSI), que poderá ser obtido na Internet e na Intraer, nos endereços eletrônicos citados no item 2.3 destas instruções

7.2.2 O FSI exigirá o recolhimento bancário referente à taxa de inscrição por meio de Guia de

Recolhimento da União (GRU), pagável somente nas agências do Banco do Brasil.

7.2.2.1 Os procedimentos para pagamento da taxa de inscrição encontram-se descritos no item 3 do Aditamento a estas instruções.

7.2.3 O valor pago referente à taxa de inscrição não será restituído, independentemente do motivo.

7.2.3.1 Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição.

7.2.4 O FSI, devidamente preenchido em letra de fôrma e acompanhado da GRU e do comprovante original de recolhimento bancário referente à taxa de inscrição, poderá ser entregue em mão e protocolado no SERENS, ou remetido ao respectivo COMAR, via encomenda expressa (urgente) ou via ECT, com postagem registrada, para o endereço constante do item 9 do Aditamento a estas instruções, dentro do prazo estabelecido para a solicitação de inscrição.

7.2.5 O candidato terá sua solicitação de inscrição indeferida nos seguintes casos:

- a) apresentar, no preenchimento de seu FSI, erro, rasura, ilegibilidade ou omissão de dado ou de assinatura, referente a si ou ao seu Comandante, Chefe ou Diretor (no caso de candidato militar);
- b) deixar de atender a qualquer uma das condições para inscrição no EA CFT-B;
- c) deixar de pagar a taxa de inscrição ou pagá-la fora do período de inscrição;
- d) enviar o FSI fora do período de inscrição; ou
- e) deixar de enviar a GRU e o comprovante original de recolhimento bancário referente à taxa de inscrição junto com o FSI.

7.2.6 Caberá ao respectivo COMAR, na data estabelecida no Calendário de Eventos, em coordenação com o DEPENDS e o CECOMSAER, divulgar, na Internet e na Intraer, nos endereços eletrônicos citados no item 2.3 destas instruções, a relação nominal dos candidatos que obtiveram deferimento e indeferimento na solicitação de inscrição.

7.2.7 Caberá ao candidato tomar conhecimento do resultado de sua solicitação de inscrição, divulgado na Internet e na intraer, na data estabelecida no Calendário de Eventos, a fim de, no caso de indeferimento, proceder à solicitação de recurso.

7.2.8 Será de inteira responsabilidade do candidato a verificação do correto preenchimento do Formulário de Solicitação de Inscrição.

7.2.9 O candidato deverá manter atualizado o seu endereço junto ao respectivo COMAR, enquanto estiver participando do exame. Serão de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da falta de atualização de seu endereço.

7.2.10 Caso o candidato seja incorporado em qualquer uma das Forças Armadas no período compreendido entre a inscrição e a matrícula, deverá informar, por escrito, ao respectivo COMAR qual Organização Militar está servindo

8 EXAMES DE ESCOLARIDADE E DE CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

8.1 O Exame de Escolaridade, de caráter eliminatório e classificatório, será realizado por meio de provas escritas sobre as seguintes disciplinas:

- a) Língua Portuguesa; e
- b) Matemática.

8.2 O Exame de Conhecimentos Especializados, de caráter eliminatório e classificatório, será realizado por meio de prova escrita envolvendo assuntos relativos à especialidade a que concorre o candidato.

8.3 As provas escritas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados abrangerão o conteúdo programático previsto no Programa de Matérias, constante do item 10 do Aditamento a estas instruções.

8.4 As provas escritas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados serão compostas de questões objetivas de múltipla escolha, com quatro alternativas, das quais somente uma será a correta.

8.5 A cada questão será atribuído um valor específico e o resultado de qualquer uma das provas será igual à soma dos valores das questões assinaladas corretamente.

8.6 Os graus atribuídos às provas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados e as médias calculadas com base nesses graus estarão contidos na escala de 0 (zero) a 10,0000 (dez), considerando-se até a casa décimo-millesimal.

8.6.1 O grau mínimo que determinará o aproveitamento do candidato em qualquer uma das provas que compõem os Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados será 4,0000 (quatro).

8.7 Para a apuração dos resultados das questões objetivas das provas escritas, será utilizado um sistema automatizado de leitura de cartões. Em consequência, o candidato deverá atentar para o correto preenchimento de seu Cartão de Respostas.

8.7.1 Os prejuízos decorrentes de marcações incorretas no Cartão de Respostas serão de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato. Serão consideradas marcações incorretas as que forem feitas com qualquer outra caneta que não seja ESFEROGRÁFICA COM TINTA PRETA OU AZUL e que estiverem em desacordo com este item e com as instruções contidas no Cartão de Respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada, marcação emendada, campo de marcação não preenchido integralmente, marcas externas aos círculos, indícios de marcações apagadas, uso de lápis ou de caneta de outra cor que não a preta ou azul, entre outras.

8.7.2 Qualquer marcação incorreta, tal como descrito no item 8.7.1, resultará, para o candidato, em pontuação 0,0000 (zero) na questão correspondente.

8.8 Para realizar as provas escritas, o candidato somente poderá utilizar o seguinte material: lápis (apenas para resolução, no próprio caderno de questões); borracha; régua; prancheta (se for necessária, constará no Cartão de Inscrição); e caneta esferográfica transparente com tinta preta ou azul. O material não poderá conter qualquer tipo de equipamento eletrônico ou inscrição, exceto as de caracterização (marca, fabricante, modelo) e as de graduações (régua).

8.9 Não será permitido ao candidato realizar a prova portando óculos escuros, telefone celular, relógio, armas, gorros, faixas de cabelo, chapéus, bonés, viseiras ou similares, bolsas, mochilas, livros, impressos, cadernos, folhas avulsas de qualquer tipo e/ou anotações, bem como aparelhos eletro-eletrônicos, tais como: máquina calculadora, agenda eletrônica, "walkman", "pager", "palm top", receptor, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico que receba, transmita ou armazene informações.

8.10 O tempo restante até o término da prova será informado verbalmente pela Comissão Fiscalizadora a cada hora cheia e nos últimos 30 minutos, 15 minutos e 5 minutos.

8.11 Os membros da Comissão Fiscalizadora não se responsabilizarão pela guarda de material do candidato.

8.12 Tendo em vista razões de sigilo que envolvem o certame, uma vez iniciadas as provas escritas do Exame de Escolaridade, o candidato:

- a) não poderá deixar o seu lugar para retirar-se definitivamente do recinto onde realizará as provas escritas, senão após transcorrida metade do tempo total destinado à sua realização. Caso venha a ter problemas de ordem fisiológica durante as provas, o mesmo deverá solicitar a presença de um fiscal da Comissão Fiscalizadora para acompanhá-lo durante o tempo em que estiver ausente;
- b) somente poderá levar consigo o Caderno de Questões se permanecer no recinto até o término do tempo total previsto para a realização das provas. O candidato que optar por se retirar, definitivamente, antes de transcorrido o tempo total previsto para a realização das provas terá, obrigatoriamente, que devolver o Caderno de Questões à Comissão Fiscalizadora; e
- c) não poderá, sob nenhum pretexto, fazer anotações sobre as questões das provas em local que não seja o próprio Caderno de Questões.

8.13 GRAU DO EXAME DE ESCOLARIDADE

8.13.1 O grau do Exame de Escolaridade será obtido por meio da média aritmética dos graus das provas que o compõem, observando a seguinte fórmula:

$$EE = \frac{(PP + PM0)}{2}, \text{ onde:}$$

PP = grau da prova escrita de Português; e

PM = grau da prova escrita de Matemática.

8.14 GRAU DO EXAME DE CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

8.14.1 O grau do Exame de Conhecimentos Especializados será o grau obtido na prova de Conhecimentos Especializados.

8.15 MÉDIA FINAL

8.15.1 A Média Final do candidato será a média ponderada dos graus obtidos nos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados, observando a fórmula abaixo e os pesos atribuídos a cada exame:

a) grau do Exame de Escolaridade - peso 1 (um); e

b) grau do Exame de Conhecimentos Especializados - peso 2 (dois).

MF = $\frac{(EE + 2CE)}{3}$, onde:

3

MF = Média Final;

EE = grau do Exame de Escolaridade; e

CE = grau do Exame de Conhecimentos Especializados.

8.15.2 Serão considerados candidatos com aproveitamento aqueles que obtiverem Média Final igual ou superior a 5,0000 (cinco), desde que atendam ao critério estabelecido no item 8.6.1 destas instruções.

8.15.3 Os candidatos com aproveitamento serão relacionados por especialidade e localidade a que concorrem, por meio da ordenação decrescente de suas Médias Finais, o que estabelecerá a ordem de classificação para o preenchimento das vagas previstas para a realização do curso.

8.15.4 Somente serão convocados para prosseguirem no Exame de Admissão e realizarem a Inspeção de Saúde, o Exame de Aptidão Psicológica e o TACF os candidatos relacionados de acordo com a ordem estabelecida no item 8.15.3, em número máximo correspondente até o quádruplo das vagas estabelecidas para cada especialidade e localidade, observado o disposto no item 4 do Aditamento a estas instruções.

8.15.4.1 A convocação de candidatos em número superior ao de vagas estabelecidas visa, exclusivamente, ao preenchimento dessas em caso de haver exclusão de candidatos em decorrência de não aproveitamento ou de desistência.

9 CRITÉRIO DE DESEMPATE

9.1 No caso de empate das Médias Finais, o desempate será decidido de acordo com a seguinte ordem de precedência:

e) maior grau no Exame de Conhecimentos Especializados; e

f) maior idade.

10 INSPEÇÃO DE SAÚDE, EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA E TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO

10.1 INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)

10.1.1 A INSPSAU, de caráter seletivo, será realizada em Organização de Saúde da Aeronáutica (OSA) situada na localidade sede do COMAR, indicado como OMAP do candidato. O resultado da INSPSAU para cada candidato será expresso por meio das menções "APTO" ou "INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA".

10.1.2 Somente será considerado "APTO" na INSPSAU o candidato que obtiver resultado favorável dentro dos padrões e diretrizes estabelecidos pela Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA).

10.1.3 Os requisitos que compõem a INSPSAU e os parâmetros exigidos para a obtenção da menção "APTO" constam do Anexo 3.

10.1.4 O candidato que obtiver a menção "INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA" na INSPSAU terá o diagnóstico do motivo de sua incapacidade registrado em um Documento de Informação de Saúde.

10.2 EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)

10.2.1 O EAP, de caráter seletivo, será realizado sob a responsabilidade do Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA) e segundo os procedimentos e parâmetros fixados em Instrução do Comando da Aeronáutica e documentos expedidos por aquele Instituto.

10.2.2 Os candidatos serão avaliados nas áreas de personalidade, aptidão e interesse para o propósito seletivo. O resultado do EAP para cada candidato será expresso por meio das menções "INDICADO" ou "CONTRA-INDICADO".

10.2.3 As áreas citadas no item anterior, as técnicas a serem utilizadas, os critérios de avaliação e a definição dos resultados referentes ao EAP constam do Anexo 7.

10.3 TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)

10.3.1 O Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF), de caráter seletivo, será realizado segundo os procedimentos e parâmetros fixados em documentos normativos do Comando da Aeronáutica, do DEPENS e naqueles expedidos pela Comissão de Desportos da Aeronáutica (CDA).

10.3.2 Somente realizarão o TACF os candidatos julgados aptos na INSPSAU. O resultado do TACF para cada candidato será expresso por meio das menções "APTO" ou "NÃO APTO".

10.3.3 Os requisitos que compõem o TACF a que os candidatos serão submetidos e os parâmetros exigidos para a sua realização constam do Anexo 5.

10.3.4 Casos temporários de alteração fisiológica, fraturas, luxações, indisposição ou outros que possam vir a ser apresentados pelos candidatos antes da realização do TACF e, em consequência, diminuir a capacidade física dos mesmos ou impossibilitar a realização do referido teste, não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer adiamento ou tratamento privilegiado.

11 RECURSOS

11.1 Será permitido ao candidato interpor recurso somente quanto ao que se segue:

- a) indeferimento da solicitação de inscrição;
- b) formulação de questões das provas escritas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados e aos seus respectivos gabaritos;
- c) resultado obtido na INSPSAU;
- d) resultado obtido no EAP; e
- e) resultado obtido no TACF.

11.1.1 Os prazos e as datas para as interposições de recurso encontram-se estabelecidos no Calendário de Eventos e devem ser rigorosamente observados e cumpridos.

11.1.2 Será de inteira responsabilidade do candidato a remessa dos documentos exigidos e o cumprimento dos prazos para as interposições de recurso.

11.1.3 Será indeferido prontamente qualquer pedido de recurso apresentado fora do prazo ou, quando for o caso, desacompanhado dos devidos documentos, conforme o estipulado nestas instruções.

11.1.4 Caso a divulgação da relação nominal dos que obtiveram indeferimento na solicitação de inscrição, ou dos gabaritos provisórios, ou dos resultados, conforme for o caso, da qual depende a interposição de recurso, deixe, por motivo de força maior, de ser realizada na data prevista, o candidato disporá do mesmo prazo previsto originalmente para interpor recurso, a contar da data subsequente à de efetiva divulgação.

11.2 RECURSO PARA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO INDEFERIDA

11.2.1 Poderá requerer inscrição em grau de recurso o candidato cuja solicitação de inscrição tenha sido indeferida pelos seguintes motivos:

- a) preenchimento incorreto ou incompleto do Formulário de Solicitação de Inscrição;
- b) envio do FSI sem a GRU e/ou sem o comprovante original de recolhimento bancário referente à taxa de inscrição, desde que a referida taxa tenha sido recolhida dentro do período de inscrição e que tal recolhimento possa ser comprovado; ou
- c) envio do FSI fora do período de solicitação de inscrição constatado por meio de carimbo da ECT ou de documento da encomenda expressa, desde que possua

documento que se contraponha ao fato constatado e que tal contraposição possa ser comprovada.

11.2.1.1 O COMAR, por ocasião da divulgação do indeferimento da solicitação de inscrição do candidato, discriminará o motivo desse resultado a fim de orientá-lo sobre os procedimentos para solicitação de inscrição em grau de recurso.

11.2.2 O candidato que tiver obtido indeferimento na solicitação de sua inscrição poderá solicitar inscrição em grau de recurso por meio de requerimento próprio constante do Anexo 10 destas instruções, dirigido ao Comandante do respectivo COMAR.

11.2.2.1 O requerimento para inscrição em grau de recurso deverá ser entregue em mão e protocolado no SERENS ou remetido, via encomenda expressa (urgente) ou via ECT por SEDEX, ao respectivo SERENS dentro do prazo estabelecido no Calendário de Eventos. Conforme o motivo do indeferimento, o candidato deverá anexar a esse requerimento o(s) seguinte(s) documento(s):

- a) novo FSI corretamente preenchido;
- b) GRU e/ou comprovante original de recolhimento bancário referente à taxa de inscrição; ou
- c) comprovante original de remessa do FSI, registrada dentro do período estabelecido.

11.2.3 A solicitação de inscrição do candidato será indeferida definitivamente, impossibilitando sua participação no processo seletivo, nos casos em que:

- a) persistir o erro, a rasura, a ilegibilidade ou a omissão de dado ou de assinatura após a remessa do novo FSI;
- b) não comprovar o recolhimento bancário referente à taxa de inscrição;
- c) não comprovar o envio do formulário dentro do período de inscrição; e
- d) enviar o requerimento para inscrição em grau de recurso fora do prazo previsto.

11.2.4 A divulgação sobre o deferimento ou indeferimento definitivo da solicitação de inscrição será feita pelo COMAR, por meio de remessa ao candidato do Cartão de Inscrição ou do Aviso de Indeferimento de Inscrição e por meio da Internet e da Intraer, nos endereços eletrônicos constantes do item 2.3 destas Instruções.

11.2.5 O candidato que não receber o Cartão de Inscrição ou o Aviso de Indeferimento de Inscrição até cinco dias antes da data prevista para a Concentração Inicial deverá verificar a sua situação na Internet ou na Intraer, nos endereços eletrônicos citados no item 2.3.

11.2.6 Mesmo que o candidato não receba seu Cartão de Inscrição, será permitido seu ingresso no local designado para a Concentração Inicial, desde que sua solicitação de inscrição tenha sido deferida e que o mesmo possa identificar-se através do seu documento de identidade original.

11.3 RECURSOS PARA OS EXAMES DE ESCOLARIDADE E DE CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

11.3.1 Os recursos quanto às provas que compõem os Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados deverão ser referentes às questões que o candidato entenda terem sido formuladas de maneira imprópria ou conterem incorreções em seus respectivos gabaritos, devendo estar fundamentados exclusivamente na bibliografia recomendada.

11.3.1.1 Os recursos citados no item anterior serão analisados por Banca Examinadora designada pelo DEPENS em Boletim do Comando da Aeronáutica.

11.3.2 Não poderão ser interpostos recursos quanto aos procedimentos de avaliação referentes às provas que compõem os Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados, os quais estão previamente normatizados nas presentes instruções.

11.3.3 Os recursos de que trata o item 11.3.1 deverão ser encaminhados pelo candidato por meio da Ficha Informativa sobre Formulação de Questão (FIFQ), conforme modelo constante do Anexo 2 destas Instruções, diretamente à Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR), por fax e também via encomenda expressa (urgente) ou via ECT por SEDEX, dentro do prazo estabelecido no Calendário de Eventos.

11.3.3.1 A remessa da FIFQ por fax tem apenas o objetivo de agilizar o processo de recurso, sendo ainda necessária a remessa da ficha original, conforme orientação constante do item anterior, sob

pena de ser desconsiderada a solicitação de recurso.

11.3.4 O candidato deverá utilizar uma Ficha Informativa sobre Formulação de Questão para cada questão em pauta ou gabarito.

11.3.5 Não será aceita Ficha Informativa sobre Formulação de Questão que:

- a) conter campos em branco, omissão de assinatura ou estiver ilegível;
- b) for remetida à EEAR fora do prazo previsto no Calendário de Eventos; ou
- c) não estiver fundamentada na bibliografia discriminada no item 10 do Aditamento a estas instruções.

11.3.6 Depois de julgados os recursos interpostos, a Banca Examinadora divulgará a decisão exarada, de forma definitiva, bem como o gabarito oficial. Após esses atos, não mais caberá apelação, relacionada aos resultados das provas escritas, por parte dos candidatos.

11.3.6.1 A decisão exarada pela Banca Examinadora conterá os esclarecimentos sobre o enunciado da questão em pauta e a justificativa fundamentada para cada alternativa que a compõe e sobre a avaliação a respeito do que foi contestado pelo candidato, respaldada na bibliografia recomendada.

11.3.7 Quando for constatado que o enunciado de uma questão foi formulado de forma imprópria ou que a mesma contém mais de uma, ou nenhuma resposta correta, a questão será anulada e os pontos que lhe são pertinentes serão atribuídos a todos os candidatos.

11.3.8 Quando for verificado que a resposta correta de uma questão difere da constante do gabarito divulgado provisoriamente, este sofrerá alterações visando às correções necessárias.

11.3.9 Quando for constatado que a divulgação de um gabarito oficial foi apresentada com incorreções, a divulgação será tornada sem efeito e o gabarito anulado, sendo publicado um novo gabarito oficial corrigindo o anterior.

11.3.9.1 A anulação de um gabarito oficial implicará a anulação de todos os atos dele decorrentes, não cabendo ao candidato qualquer direito ou pedido de reconsideração referente aos atos anulados.

11.3.10 Quando for constatado que a divulgação da relação nominal dos candidatos com seus resultados e respectivas médias finais e classificações foi apresentada com incorreção, a divulgação será tornada sem efeito e os resultados e classificações serão anulados, sendo publicada nova relação corrigindo a anterior.

11.3.10.1 A anulação dos resultados obtidos pelos candidatos e respectivas classificações implicará a anulação de todos os atos dela decorrentes, não cabendo ao candidato qualquer direito ou pedido de reconsideração referente aos atos anulados.

11.4 RECURSO PARA A INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)

11.4.1 O candidato julgado "INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA" na Inspeção de Saúde (INSPSAU) poderá solicitar INSPSAU em grau de recurso, por meio de requerimento próprio constante do Anexo 4, dirigido ao Diretor de Saúde da Aeronáutica. Tal documento deverá ser entregue, conforme o item 11.4.3, no setor de protocolo do SERENS em cuja localidade o candidato tiver realizado a INSPSAU, observado o prazo estabelecido no Calendário de Eventos.

11.4.2 Antes de requerer a INSPSAU em grau de recurso, o candidato deverá solicitar ao SERENS em cuja localidade tiver realizado a Inspeção o Documento de Informação de Saúde, dentro do prazo previsto no Calendário de Eventos, a fim de compor o processo de recurso.

11.4.3 Somente poderá requerer INSPSAU em grau de recurso o candidato que entregar, juntamente com o requerimento, os seguintes documentos:

- a) declaração médica, considerando os parâmetros fixados pela DIRSA nas Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde na Aeronáutica (ICA 160-6) e subsidiada pelos resultados obtidos em exames médicos complementares realizados, contrapondo o parecer desfavorável da Junta de Saúde; e
- b) Documento de Informação de Saúde com o parecer desfavorável da Junta de Saúde a que foi submetido.

11.4.4 A Administração definirá os locais para realização da INSPSAU em grau de recurso, quando for o caso.

11.4.5 Será de responsabilidade do candidato apresentar-se nos dias e locais determinados para a

realização da INSPSAU em grau de recurso.

11.5 RECURSO PARA O EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)

11.5.1 O candidato "CONTRA-INDICADO" no EAP poderá requerer EAP em grau de recurso, por meio de requerimento próprio constante do Anexo 8, dirigido ao Diretor do IPA. Tal documento deverá ser entregue no setor de protocolo do SERENS em cuja localidade o candidato tiver realizado o EAP, observado o prazo estabelecido no Calendário de Eventos.

11.5.2 Somente poderá requerer EAP em grau de recurso o candidato considerado contra-indicado no EAP após ter sido submetido a toda bateria de testes prevista para o referido exame, em conformidade com as normas do IPA e destas instruções.

11.5.3 O candidato "CONTRA-INDICADO" no EAP em grau de recurso poderá solicitar Entrevista Informativa, por meio de requerimento próprio constante do Anexo 9, dirigido ao Diretor do IPA. Tal documento deverá ser enviado ao IPA, via encomenda expressa ou via ECT, com postagem registrada e Aviso de Recebimento, observado o prazo previsto no Calendário de Eventos.

11.5.4 A entrevista supracitada será exclusivamente de caráter informativo para esclarecimento do motivo da contra-indicação do candidato ao propósito seletivo, não sendo considerada como recurso.

11.5.5 A Administração definirá os locais para realização do EAP em grau de recurso, quando for o caso.

11.5.6 A Entrevista Informativa será realizada no IPA, na cidade do Rio de Janeiro.

11.5.7 Será de responsabilidade do candidato apresentar-se nos dias determinados para a realização do EAP em grau de recurso, bem como para a Entrevista Informativa.

11.6 RECURSO PARA O TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)

11.6.1 O candidato julgado "NÃO APTO" no TACF poderá solicitar TACF em grau de recurso, por meio de requerimento próprio constante do Anexo 6, dirigido ao Vice-Presidente da CDA. Tal documento deverá ser entregue no setor de protocolo do SERENS em cuja localidade o candidato tiver realizado o TACF, observado o prazo estabelecido no Calendário de Eventos. O TACF em grau de recurso será constituído de todos os exercícios previstos no Anexo 5.

11.6.2 Somente poderá requerer o TACF em grau de recurso o candidato que:

- a) tiver executado todos os exercícios previstos e não tiver atingido os índices estabelecidos; ou
- b) tiver sofrido, durante o TACF, algum problema físico causado pela execução dos exercícios previstos, cuja recuperação possa ocorrer até o período estabelecido para o TACF em grau de recurso.

11.6.3 A Administração definirá os locais para realização do TACF em grau de recurso, quando for o caso.

11.6.4 Será de responsabilidade do candidato apresentar-se nos dias e locais determinados para a realização do TACF em grau de recurso.

12 RESULTADO FINAL DO EXAME

12.1 Será considerado aprovado no EA CFT-B o candidato que atender às condições que se seguem:

- a) nos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados, obtiver aproveitamento, conforme o item 8.15.2 destas instruções;
- b) na INSPSAU e no TACF, for considerado "APTO"; e
- c) no EAP, for considerado "INDICADO".

12.2 Serão selecionados para a habilitação à matrícula no CFT os candidatos aprovados e que estejam classificados dentro do número de vagas fixadas por especialidade e por localidade a que concorrem, considerando a ordem decrescente de suas Médias Finais, o critério de desempate e o parecer final da Junta Especial de Avaliação (JEA).

12.3 Os candidatos de que trata o item anterior somente estarão habilitados à matrícula se

atenderem a todas as exigências previstas no item 13 destas Instruções.

12.4 O candidato aprovado e não classificado conforme o item 12.2 será considerado candidato excedente.

12.5 A Junta Especial de Avaliação (JEA) também selecionará os candidatos excedentes, considerando as vagas fixadas por especialidade e por localidade a que concorrem, a fim de que esses possam ser convocados, dentro da vigência deste Exame de Admissão, para o preenchimento de vagas que possam vir a existir nas respectivas especialidade e localidade, decorrentes da desistência ou da exclusão de candidatos na fase de habilitação à matrícula.

12.5.1 Ao candidato excedente que for selecionado pela JEA fica assegurada apenas a expectativa de direito de ser convocado para habilitação à matrícula. Essa condição cessa com o término da vigência deste Exame de Admissão.

12.6 A Junta Especial de Avaliação, designada para este Exame de Admissão pelo Diretor-Geral do DEPENS, consolidará, pelo Mapa e pela Ata da JEA, a relação nominal dos candidatos aprovados e selecionados para habilitação à matrícula, bem como dos excedentes, observando o disposto nos itens 12.2 e 12.5, respectivamente.

12.7 A Ordem de Matrícula será de responsabilidade do Diretor-Geral do DEPENS, devendo ser expedida após a homologação do Mapa e da Ata da JEA.

12.8 O candidato militar ao CFT que receber Ordem de Matrícula deverá estar licenciado e desligado da Organização Militar (OM) de origem até a data anterior à da matrícula no CFT.

12.9 A matrícula dos candidatos, a ser efetivada por ato do Comandante do COMAR, somente ocorrerá após cumpridas as exigências previstas no item 13 dentro dos prazos estabelecidos.

12.10 O não cumprimento, por parte do candidato, das exigências para a efetivação da matrícula constantes do item 13 implicará o cancelamento da sua Ordem de Matrícula e a sua exclusão do Exame de Admissão.

13 HABILITAÇÃO À MATRÍCULA

13.1 Estará habilitado a ser matriculado no CFT o candidato que atender a todas as condições a seguir:

- a) ter sido aprovado no Exame de Admissão e selecionado pela JEA para habilitar-se à matrícula;
- b) estar classificado dentro de número de vagas fixado para a especialidade e a localidade a que concorre;
- c) não ter sido condenado criminalmente e nem ter sido denunciado em processo crime, enquanto a sentença final não houver transitado em julgado;
- d) se militar, estar classificado, no mínimo, no "Bom Comportamento";
- e) apresentar-se no COMAR, na data prevista para a Concentração Final, portando o original e cópia dos seguintes documentos:
 - certidão de nascimento;
 - documento de identidade;
 - histórico escolar;
 - certificado ou diploma de conclusão do Ensino Médio, expedido por estabelecimento de ensino reconhecido pelo órgão oficial federal, distrital, estadual ou regional de ensino competente;
 - candidatos à especialidade de TAR, certificado de conclusão do curso básico de garçom,
 - candidatos à especialidade de TCO, certificado de conclusão do curso básico de cozinheiro,
 - título de eleitor e comprovante de situação eleitoral regularizada;
 - se civil, certidão negativa de antecedentes criminais no âmbito federal e estadual;
 - se civil, comprovar estar em dia com o Serviço Militar;

13.1.1 Não serão aceitos documentos ilegíveis, rasurados, com emendas ou discrepâncias de informações.

13.1.2 Quanto ao certificado de conclusão do Ensino Médio, somente será aceito aquele que estiver impresso em papel timbrado do estabelecimento, acompanhado do registro que outorgou seu funcionamento, confirmando a conclusão do curso, sem dependências, e a habilitação para prosseguir estudos no nível superior, com assinaturas, carimbos e o número do registro no Ministério da Educação dos responsáveis pelo estabelecimento.

13.1.3 Quando da apresentação pelos candidatos dos documentos constantes da alínea “e” do item 13.1, for constatada discrepância ou ausência de documentos, somente serão habilitados à matrícula os candidatos que venham a sanar tais problemas e também atender a todas as exigências contidas no referido item até a data prevista para a efetivação da matrícula.

13.1.4 A constatação, a qualquer tempo, de omissão ou falta de veracidade em qualquer uma das informações ou documentos exigidos do candidato implicará a nulidade de sua matrícula, bem como de todos os atos dela decorrentes, independentemente das sanções previstas em lei ou regulamentos militares.

13.1.5 Visto que a interrupção do Serviço Militar Inicial somente poderá ocorrer nos casos previstos no art. 31, da Lei nº 4375 (Lei do Serviço Militar), de 17 de agosto de 1964, o militar que estiver prestando o Serviço Militar Inicial não poderá ser matriculado no CFT.

14 DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 COMPARECIMENTO AOS EVENTOS PROGRAMADOS

14.1.1 As despesas relativas a transporte, estada e alimentação para a realização do Exame de Admissão correrão por conta do candidato, inclusive quando, por motivo de força maior, um ou mais eventos programados desse exame tiverem que ser repetidos. Também será da responsabilidade do candidato aprovado e selecionado para a habilitação à matrícula o seu deslocamento com destino ao COMAR para a realização da Concentração Final, da matrícula e do curso.

14.1.2 O candidato deverá portar o seu documento de identidade em todos os eventos do Exame de Admissão.

14.1.3 São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Polícias Militares e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação com fotografia.

14.1.4 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais; carteiras de estudante; carteiras funcionais, sem valor de identidade; documentos ilegíveis, não-identificáveis ou danificados; cópias de documentos, mesmo que autenticadas; protocolos ou boletins de ocorrência com ou sem fotos.

14.1.5 Os COMAR poderão, com a finalidade de verificação da autenticidade da identificação de qualquer candidato, efetuar a coleta da impressão digital dos candidatos nos eventos deste Exame de Admissão.

14.1.6 Por ocasião da Concentração Inicial e das provas escritas, os portões do local desses eventos serão abertos uma hora antes do horário previsto para seu fechamento, cabendo ao candidato, considerando os imprevistos comuns às grandes cidades, estabelecer a antecedência com que deverá chegar ao local, de forma a evitar possíveis atrasos.

14.1.7 Os portões de acesso aos locais de realização da Concentração Inicial e das provas escritas serão fechados nos horários constantes do Calendário de Eventos, não sendo permitido o ingresso de candidatos, em hipótese alguma, no local do evento, após esse horário.

14.1.8 Para a apresentação no local determinado para a Concentração Intermediária, os candidatos poderão dispor de um período de duas horas, de acordo com o previsto no Calendário de Eventos.

14.1.9 Os locais, dias e horários em que os candidatos deverão apresentar-se para a realização da INSPSAU, do EAP e do TACF, incluídos os seus recursos, quando aplicável, caso não estejam fixados no Calendário de Eventos, serão estabelecidos pelo Presidente da Comissão Fiscalizadora

durante a Concentração Intermediária.

14.1.10 O não comparecimento do candidato nos locais dos eventos dentro dos prazos estabelecidos no Calendário de Eventos ou pelo Presidente da Comissão Fiscalizadora, na hipótese do item anterior, implicará falta e, em consequência, a sua exclusão do certame.

14.2 UNIFORME

14.2.1 Para os eventos do exame de admissão realizados em Organizações Militares, o candidato militar da ativa, das Forças Armadas ou Auxiliares, deverá comparecer uniformizado, em acordo com as normas e regulamentos de uniformes das respectivas Forças.

14.2.2 O candidato militar, das Forças Armadas ou Auxiliares, que não atender ao previsto no item anterior ficará impedido de realizar os eventos programados para o certame.

14.2.3 PARA OS EVENTOS DO EXAME DE ADMISSÃO REALIZADOS EM INSTITUIÇÕES CIVIS, O CANDIDATO MILITAR, DAS FORÇAS ARMADAS OU AUXILIARES, PODERÁ COMPARECER À PAISANA, OBSERVADO O PREVISTO NO ITEM 14.1.2 DESTAS INSTRUÇÕES.

14.3 DIVULGAÇÃO DE GABARITOS E DE RESULTADOS

14.3.1 Serão divulgados, via Internet e Intraer, conforme endereços eletrônicos constantes do item 2.3 destas instruções e de acordo com os prazos estabelecidos no Calendário de Eventos, as informações a seguir:

- a) relação nominal dos candidatos que obtiverem deferimento e dos candidatos que obtiveram indeferimento na solicitação de inscrição;
- b) questões das provas escritas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados com os respectivos gabaritos. Esses gabaritos terão caráter provisório até que seja exarada pelas Bancas Examinadoras a decisão sobre cada recurso interposto pelos candidatos;
- c) gabaritos oficiais, devendo ser considerado o disposto nos itens 11.3.9 e 11.3.9.1 destas Instruções;
- d) resultados obtidos pelos candidatos nas provas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados, com suas respectivas médias finais, considerando a especialidade e localidade a que concorrem, contendo a classificação final daqueles que tiveram aproveitamento;
- e) relação nominal, de caráter regional e por especialidade e localidade, dos candidatos convocados para a Concentração Intermediária;
- f) resultados obtidos na INSPSAU, no TACF e no EAP;
- g) resultados obtidos, em grau de recurso, na INSPSAU, no EAP e no TACF;
- h) relação nominal, de caráter regional e por especialidade e localidade, dos candidatos selecionados para habilitação à matrícula;
- i) relação nominal, de caráter regional e por especialidade e localidade, dos candidatos selecionados para habilitação à matrícula que foram excluídos do Exame de Admissão em decorrência de não habilitação ou de desistência, bem como a relação nominal, no mesmo modo, dos candidatos excedentes convocados; e
- j) relação nominal, de caráter regional e por especialidade e localidade, dos candidatos matriculados.

14.3.2 As informações discriminadas nas alíneas “b”, “c”, “e” e “h” também serão divulgadas pela OMAP, na data prevista no Calendário de Eventos, mediante afixação em local a ser confirmado, sob a responsabilidade do Presidente da Comissão Fiscalizadora.

14.3.3 Serão publicadas também no DOU as seguintes relações:

- pelo COMAR, a relação nominal dos candidatos convocados para a Concentração Intermediária que deverão prosseguir no Exame de Admissão; e
- pelo DEPENS, a relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula.

14.3.4 Será de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações dos resultados e comunicados referentes ao Exame de Admissão.

14.4 EXCLUSÃO DO EXAME DE ADMISSÃO

14.4.1 Será excluído do Exame de Admissão o candidato que se enquadrar em qualquer uma das situações abaixo:

- a) não obtiver aproveitamento nas provas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados;
- b) não atingir o grau mínimo exigido na Média Final dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados;
- c) não for convocado para a Concentração Intermediária;
- d) for julgado "INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA" na INSPSAU;
- e) for considerado "NÃO APTO" no TACF;
- f) for considerado "CONTRA-INDICADO" no EAP; ou
- g) não atingir os resultados previstos nestas instruções e no respectivo Aditamento após a solução dos recursos apresentados; ou.
- h) deixar de cumprir qualquer item estabelecido nestas Instruções ou no seu Aditamento.

14.4.2 Será excluído do Exame de Admissão por ato do Comandante do COMAR, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou regulamentos, quando for o caso, o candidato que proceder de acordo com qualquer uma das alíneas que se seguem:

- a) burlar ou tentar burlar qualquer uma das normas para a realização das provas, da INSPSAU, do EAP e do TACF definidas nestas Instruções e/ou respectivo Aditamento;
- b) portar, no local de prova, arma, máquina calculadora, agenda eletrônica, "walkman", "pager", óculos escuros, telefone celular, relógio, "palm top", receptor, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico que receba, transmita ou armazene informações;
- c) utilizar-se ou tentar utilizar-se de meios fraudulentos ou ilegais, bem como praticar ou tentar praticar ato de indisciplina durante a realização de qualquer atividade referente ao Exame de Admissão;
- d) fazer, durante as provas, anotação de informações relativas às suas respostas em local que não seja o próprio Caderno de Questões;
- e) fazer uso, durante as provas, de livros, códigos, manuais ou quaisquer anotações;
- f) deixar de apor seu nome ou assinatura no cartão de respostas das provas escritas;
- f) recusar-se a entregar o Caderno de Questões, caso decida ausentar-se do local da prova antes do término do tempo oficial do evento;
- g) continuar ou tentar continuar respondendo questão de prova após o encerramento do tempo oficial previsto para a realização da prova;
- h) der ou receber auxílio para a realização das provas;
- i) fizer uso de tratamento incorreto ou descortês a qualquer um dos membros da Comissão Fiscalizadora ou a candidatos;
- j) deixar de comparecer ou chegar atrasado aos locais designados nos dias e horários determinados para a realização das concentrações, das provas, da INSPSAU, do EAP e do TACF e dos recursos, quando aplicável;
- k) não apresentar o documento de identidade original ou recusar a submeter-se ao processo de identificação por meio de impressão digital por ocasião das concentrações, da realização de qualquer uma das provas, da INSPSAU, do EAP e do TACF e dos recursos, quando aplicável;
- l) deixar de apresentar qualquer um dos documentos exigidos para inscrição ou matrícula, ou apresentá-los contendo discrepâncias que não venham a ser sanadas nos prazos previstos;
- m) deixar de cumprir qualquer uma das exigências previstas nas condições para a inscrição ou matrícula;
- n) tiver praticado falsidade ideológica constatada em qualquer momento do Exame de Admissão; ou
- o) deixar de assinar o Cartão de Respostas no local para isso reservado.

14.5 VALIDADE DO EXAME DE ADMISSÃO

14.5.1 Os resultados obtidos pelos candidatos em todas as etapas do Exame de Admissão somente terão validade para a matrícula no CFT.

14.5.2 O prazo de validade do EA CFT-B expirar-se-á quatro dias úteis após a data prevista para a apresentação para habilitação à matrícula (data da Concentração Final), sendo tal prazo improrrogável.

14.5.3 Enquanto válido, o Exame de Admissão poderá ser utilizado para o preenchimento de vagas surgidas dentro de sua vigência.

15 DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Não caberá ao interessado o direito de recurso para obter qualquer compensação, pecuniária ou não, pelo indeferimento de sua solicitação de inscrição no Exame de Admissão, se constatado o descumprimento das condições estabelecidas nas presentes instruções.

15.2 A inscrição no Exame de Admissão implicará a aceitação irrestrita, pelo candidato, das condições estabelecidas nas presentes instruções e no respectivo Aditamento, não cabendo ao mesmo o direito de recurso para obter qualquer compensação pela sua exclusão do Exame de Admissão ou pelo seu não aproveitamento por falta de vagas.

15.3 Ao Diretor-Geral do DEPENS caberá:

- a) anular o Exame de Admissão, no todo ou em parte, em todo o país ou em determinadas localidades, quando houver grave indício de quebra de sigilo, cometimento de irregularidades durante a realização de qualquer evento de caráter seletivo e/ou classificatório, e quando ocorrer fato incompatível com estas instruções e respectivo Aditamento, ou que impossibilite o seu cumprimento. Assim sendo, não caberá por parte do candidato, caso continue ou não a participar do certame, a solicitação de qualquer reparação pelos transtornos que a anulação e, conseqüentemente, o cancelamento dos eventos subseqüentes possam causar, bem como ficará implícita a sua aceitação do novo Calendário de Eventos a ser divulgado para prosseguimento no Exame de Admissão; e
- b) caso seja constatada incorreção na publicação dos resultados obtidos pelos candidatos em qualquer evento seletivo e/ou classificatório do certame, determinar providências para que a publicação seja tornada sem efeito e os resultados sejam publicamente anulados, bem como todos os atos deles decorrentes e, por meio de ato contínuo, providenciar para que sejam publicados os resultados corretos. Dessa forma, não caberá aos candidatos qualquer pedido de reconsideração referente aos resultados anulados, uma vez constatado que estes estão eivados de vícios que os tornam ilegais, pois deles não se originam direitos.

15.4 Os casos não previstos serão resolvidos pelo Diretor-Geral do DEPENS.

Ten Brig Ar PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO
Diretor-Geral do DEPENS

ANEXO 1

SIGLAS UTILIZADAS PELO COMANDO DA AERONÁUTICA CONSTANTES DESTAS INSTRUÇÕES

AIE/EA	- Aditamento às Instruções Específicas do Exame de Admissão
BCA	- Boletim do Comando da Aeronáutica
CDA	- Comissão de Desportos da Aeronáutica
CECOMSAER	- Centro de Comunicação Social da Aeronáutica
CEMAL	- Centro de Medicina Aeroespacial
CFT	- Curso de Formação de Taifeiros
CINDACTA	- Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo
CLA	- Centro de Lançamento de Alcântara
COMAR	- Comando Aéreo Regional
DEPENS	- Departamento de Ensino da Aeronáutica
DIRAP	- Diretoria de Administração do Pessoal
DIRSA	- Diretoria de Saúde da Aeronáutica
DOU	- Diário Oficial da União
EA	- Exame de Admissão
ECT	- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EEAR	- Escola de Especialistas de Aeronáutica
FAG	- Ficha de Avaliação de Graduados
IE/EA	- Instruções Específicas ao Exame de Admissão
INSPSAU	- Inspeção de Saúde
IPA	- Instituto de Psicologia da Aeronáutica
IRIS	- Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde
IRQTA	- Instrução Reguladora do Quadro de Taifeiros da Aeronáutica
JEA	- Junta Especial de Avaliação
OM	- Organização Militar
OMAP	- Organização Militar de Apoio
QTA	- Quadro de Taifeiros da Aeronáutica
RCPGAER	- Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica
REPROGAER	- Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica
RUMAER	- Regulamento de Uniformes da Aeronáutica
SERENS	- Serviço Regional de Ensino
TACF	- Teste de Avaliação do Condicionamento Físico
TAR	- Taifeiro da especialidade de Arrumador
TCO	- Taifeiro da especialidade de Cozinheiro

ANEXO 2
FICHA INFORMATIVA SOBRE FORMULAÇÃO DE QUESTÃO
- RECURSO -

ATENÇÃO: Preencha todos os campos com bastante clareza, utilizando letra de fôrma. Utilize uma Ficha Informativa sobre Formulação de Questão para cada questão ou gabarito a respeito dos quais desejar interpor recurso.

I – IDENTIFICAÇÃO

EXAME DE ADMISSÃO/ANO: _____ Nº DE INSCRIÇÃO: _____
NOME DO CANDIDATO: _____

II – PROVA QUESTIONADA

DISCIPLINA: _____ QUESTÃO Nº: _____
CÓDIGO DA PROVA: _____ Nº DE PÁGINAS: ESTA + _____

III – COMENTÁRIO (Claro e objetivo. É fundamental que o candidato apresente boa redação, com frases bem formuladas, que observem a correção gramatical – concordância, grafia, regência, etc., SEM considerações de ordem pessoal.). **Solicito revisão, em grau de recurso, da questão supracitada, conforme a seguir:** _____

IV – EMBASAMENTO TEÓRICO (obra, autor, edição consultada e página utilizada para seu embasamento, constante da bibliografia do exame de admissão). _____

Data: / /

Assinatura do candidato

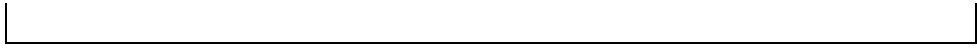
.....
cortar aqui

INSTRUÇÃO:

Enviar o requerimento, **via encomenda expressa (urgente) ou via ECT por SEDEX**, com o seguinte endereçamento:

ESCOLA DE ESPECIALISTAS DE AERONÁUTICA – EEAR
SUBDIVISÃO DE ADMISSÃO E SELEÇÃO - SAS

CAIXA POSTAL 1001
12510-020 – GUARATINGUETÁ - SP
TEL:(12) 3123-1270 e (12) 3123-1335



ANEXO 3

REQUISITOS PARA INSPEÇÃO DE SAÚDE

1 REQUISITOS MÍNIMOS DE ESTATURA E PESO

1.1 ESTATURA

1.1.1 O Inspeccionando pelas Juntas de Saúde (JS) iniciais, candidato ao Exame de Admissão ao CFT “B” 2007, deverá apresentar estatura mínima de 1,60 m.

1.2 PESO

1.2.1 São estruturados com base no índice de massa corpórea e de acordo com a tabela da Organização Mundial de Saúde (OMS), que utiliza a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO	IMC
MAGREZA	< 18,5
NORMAL	18,5 a 24,9
SOBREPESO	25 a 29,9
OBESIDADE GRAU 1	30 a 34,9
OBESIDADE GRAU 2	35 a 39,9
OBESIDADE GRAU 3	≥ 40

OBS: Os valores de IMC não dependem de idade e são iguais para ambos os sexos.

1.2.2 Nas Inspeções de Saúde Iniciais serão considerados como “INCAPAZES PARA O FIM A QUE SE DESTINAM”, os candidatos que obtiverem os valores de IMC menores que 18,5, caracterizando a magreza, e maiores que 24,9, caracterizando o sobrepeso e os diversos graus de obesidade.

1.2.2.1 Os inspeccionandos incapacitados nas Inspeções de Saúde Iniciais, de acordo com as normas estabelecidas nos editais dos concursos, poderão realizar inspeções de saúde em grau de recurso, podendo ser solicitados pareceres especializados e, em casos de dúvidas, serem realizados exames, tais como a Bioimpedância.

2 REQUISITOS CARDIOCIRCULATÓRIOS

- a) pressão arterial em decúbito dorsal, até 140 (cento e quarenta) mmHg de sistólica por até 90 (noventa) mmHg de diastólica;
- b) exame físico do aparelho cardiovascular normal;
- c) eletrocardiograma de repouso normal;
- d) exame radiológico do tórax sem anormalidades; e
- e) ausência de doenças cardiovasculares incapacitantes, de acordo com as IRIS.

3 REQUISITOS VISUAIS

3.1 Acuidade visual a 6 (seis) metros - Visão igual a 0,66 (20/30), em cada olho, separadamente, com ou sem correção;

3.2 Acuidade visual a 35 (trinta e cinco) centímetros - J-4, em cada olho, separadamente, sem correção, e J-1 com correção;

3.3 Motilidade ocular extrínseca - Excursões oculares normais nas 08 (oito) posições cardinais;

3.4 Campo visual - Normal, pesquisado em relação ao campo visual do examinador;

3.5 Senso cromático - Pesquisado através das Pranchas Pseudo-Isocromáticas. Caso ocorra mais de 08 interpretações incorretas o inspeccionado poderá qualificar-se, desde que reconheça, com facilidade, as cores VERMELHA, VERDE, AZUL, ÂMBAR E BRANCA, utilizadas em aviação.

3.6 Oftalmotônus – Normal, entre 10 a 20 mm/Hg

4 REQUISITOS AUDITIVOS

4.1 Audibilidade com perda tolerável de até 45db (quarenta e cinco decibéis) ISO, nas frequências de 500 (quinhentos), 1000 (mil) e 2.000 (dois mil) ciclos/segundo, desde que as perdas auditivas nas frequências acima de 2000 (dois mil) ciclos/segundo não apresentem evolução capaz de comprometer a audição nas frequências da faixa da palavra.

5 REQUISITOS ODONTOLÓGICOS

5.1 Presença de todos os dentes anteriores naturais, incisivos e caninos, tolerando-se próteses que satisfaçam à estética e à função.

5.2 Presença de, no mínimo, 01 (um) pré-molar e 01 (um) molar, em cada hemi-arcada, naturais, ou substituídos por próteses que satisfaçam à estética e à função.

5.3 Ausência de cáries profundas.

5.4 Ausência de moléstias periodontais evidenciáveis ao exame visual.

5.5 Ausência de afecções periapicais constatadas visualmente, ou evidenciadas em exames radiográficos de dentes suspeitos.

6 REQUISITOS NEUROLÓGICOS

6.1 Serão considerados aptos os inspecionandos com:

- a) história familiar livre de afecções neurológicas de incidência familiar ou hereditária;
- b) ausência de “déficit” neurológicos transitórios ou permanentes, indicativos de afecções do sistema nervoso central e periférico, abrangendo:
 - 1) nervos periféricos, inclusive cranianos;
 - 2) força muscular, global e segmentar;
 - 3) sensibilidade superficial e profunda;
 - 4) coordenação axial e apendicular (estática e dinâmica);
 - 5) exame muscular, incluindo pesquisas de miotonia, atrofia, hipertrofia e distúrbios de tônus;
 - 6) marchas; e
 - 7) reflexos, superficiais e profundos; e
- c) eletro-encefalograma (EEG) normal nas inspeções iniciais dos candidatos ao ingresso no COMAER.

7 REQUISITOS DÉRMICOS

7.1 Inexistência de cicatriz deformatória ou não-deformatória que, por sua natureza ou localização, possa, em face do uso de equipamento militar e do exercício das atividades militares, vir a motivar qualquer perturbação funcional ou ulcerar-se.

7.2 Inexistência de tatuagem no corpo que afete a honra pessoal, o pundonor militar ou o decoro exigido aos integrantes das Forças Armadas (conforme previsto no Art. 28 do Estatuto dos Militares), tais como as que apresentem símbolos e/ou inscrições alusivas a:

- g) ideologias terroristas ou extremistas contrárias às instituições democráticas ou que preguem a violência e a criminalidade;
- h) discriminação ou preconceitos de raça, credo, sexo ou origem;
- i) idéias ou atos libidinosos; e
- j) idéias ou atos ofensivos às Forças Armadas.

7.3 Inexistência de qualquer tipo de tatuagem aplicada em área do corpo que possa vir a prejudicar os padrões de apresentação pessoal quando no uso de uniformes estabelecidos por regulamento do Comando da Aeronáutica, incluindo aqueles previstos para a prática de educação física (maiô e sunga).

8 OBSERVAÇÕES GERAIS

8.1 O não preenchimento de qualquer um dos requisitos descritos acima implicará a incapacidade do candidato na Inspeção de Saúde para o fim a que se destina. Outras causas de incapacidade estão definidas na ICA 160-1, Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde (IRIS), e estão descritas no anexo “J” das Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde na Aeronáutica

(ICA 160-6, de 18 de outubro de 2006). O estabelecido neste anexo representa apenas parte dos requisitos a serem exigidos na Inspeção de Saúde. Também serão realizados exames de patologia clínica, exames de imagem e outros, de acordo com o estabelecido nas Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde na Aeronáutica (ICA 160-6).

ANEXO 4

REQUERIMENTO PARA INSPEÇÃO DE SAÚDE EM GRAU DE RECURSO

AO EXMO SR DIRETOR DE SAÚDE DA AERONÁUTICA

Nome (e graduação, se militar) _____,
residente na(o) _____ Bairro _____
Cidade _____ Estado _____ CEP _____ Telefone _____
nascido em ____/____/____, natural de _____ candidato ao EA CFT
“B” 2007, inscrição nº _____, tendo sido inspecionado em
____/____/____ pela Junta de Saúde (Organização de Saúde) do
_____, e julgado INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE
DESTINA, vem requerer a V. Exa. nova inspeção em grau de recurso pela Junta Superior de Saúde
(JSS), conforme disposto no item 11.4 das Instruções Específicas, contrapondo o parecer que o
incapacitou, com base na documentação médica em anexo.

É a primeira vez que requer.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do candidato

.....
cortar aqui

RECIBO DO CANDIDATO

Recebi em ____/____/____, às ____:____ horas, o requerimento referente à
Inspeção de Saúde, em grau de recurso, do candidato

Assinatura e carimbo – Setor de Protocolo do SERENS

ANEXO 5

TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)

5 O Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF) visa medir e avaliar os padrões individuais a serem atingidos pelos candidatos inscritos nos exames de admissão aos cursos e estágios do Comando da Aeronáutica.

6 Os padrões individuais a serem atingidos pelos candidatos durante o TACF servirão de parâmetro para aferir se o candidato possui as condições mínimas necessárias para suportar o esforço físico a que será submetido durante o curso ou estágio, com vistas ao final deste ser capaz de atingir os padrões exigidos do militar da ativa.

7 O TACF será realizado em um único dia. Serão executados os três exercícios que se seguem. 8 Serão aprovados os candidatos que obtiverem resultado APTO em cada exercício, conforme a seguir:

EXERCÍCIO Nº 1 - AVALIAÇÃO DA RESISTÊNCIA MUSCULAR DOS MEMBROS SUPERIORES

1.2 TESTE DA BARRA FIXA

Duração: sem limite de tempo.

Tentativa: 02 (duas). O intervalo entre as tentativas deverá ser, no mínimo, de 3 minutos.

Posição inicial: apoio na barra fixa em pronação, membros superiores e corpo totalmente estendidos e abertura das mãos na projeção dos ombros. Os pés não podem estar tocando o solo. O candidato poderá receber ajuda para atingir esta posição. O avaliado deverá entrar nessa posição quando o avaliador comandar: “em posição”.

1º Tempo: ao comando de “iniciar”, a ser dado pelo avaliador, o avaliado deverá flexionar os membros superiores (cotovelos) até que o queixo ultrapasse a linha superior da barra fixa, mantendo as pernas estendidas.

2º Tempo: estender completamente o corpo, voltando à posição inicial.

Contagem: quando o queixo ultrapassar a linha superior da barra fixa, contar-se-á uma repetição.

Desempenho mínimo: 2 repetições.

Erros mais comuns:

- a) apoiar o pé no chão entre uma repetição e outra;
- b) impulsionar-se no chão e, ato contínuo, executar a primeira repetição;
- c) balançar o corpo e/ou as pernas durante a flexão dos membros superiores;
- d) flexionar os joelhos e o quadril durante a flexão dos membros superiores;
- e) apoiar o queixo na barra fixa;
- f) não estender completamente os membros superiores quando voltar à posição inicial;
- g) estender os braços antes de ultrapassar completamente o queixo da linha superior da barra fixa;
- h) repousar entre uma execução e outra;
- i) não ultrapassar a linha superior da barra com o queixo; e
- j) estender a coluna cervical (pescoço para trás) durante a fase final da execução do tempo 1.

1.2 FLEXÃO E EXTENSÃO DOS MEMBROS SUPERIORES COM APOIO DE FRENTE SOBRE O SOLO.

Duração: sem limite de tempo.
Tentativa: 02 (duas).
Posição inicial: apoio de frente sobre o solo, com as mãos ligeiramente afastadas em relação à projeção dos ombros, mantendo o corpo totalmente estendido.
1º Tempo: flexionar os membros superiores, procurando aproximar o peito do solo o máximo possível, passando as costas da linha dos cotovelos, mantendo o corpo estendido e os cotovelos projetados para fora, aproximadamente, 45° com relação ao tronco.
2º Tempo: estender os mesmos, voltando à posição inicial.
Contagem: quando completar a extensão, deverá ser contada uma repetição.
Desempenho mínimo: 14 repetições.

Erros mais comuns:

- a) apoiar o peito no chão;
- b) mudar a posição do corpo, deixando de mantê-lo totalmente estendido;
- c) não flexionar ou estender totalmente os membros superiores;
- d) elevar primeiro o tronco e depois os quadris;
- e) parar para descansar;
- f) aproximar os cotovelos do tronco durante as execuções finais, aproximando os braços do tronco; e
- g) mudar a posição das mãos (afastar ou aproximar) durante a execução do exercício.

EXERCÍCIO ° 2 - TESTE DE IMPULSÃO HORIZONTAL

Será realizado por intermédio de um salto à frente, em distância, a partir de uma posição estática. O terreno a ser utilizado na aplicação do teste deve ser firme e uniforme, como o de uma quadra de esportes.

Duração: sem limite de tempo.
Tentativa: 02 (duas). O intervalo deverá ser de, no mínimo, 3 minutos.
Posição inicial: em pé, estático, pés alinhados e paralelos sem tocar a linha ou faixa de demarcação do exercício.
1º Tempo: ao comando de “iniciar” do avaliador, o candidato deverá saltar à frente com movimento simultâneo dos pés, objetivando atingir o ponto mais distante no solo. É permitida a movimentação livre de braços, tronco e pernas.
2º Tempo: aterrissar no solo procurando manter a posição em pé.
Marca da Distância: a distância será demarcada com duas fitas ou faixas ou linhas no chão de forma que a espessura das mesmas será computada no valor medido. O candidato, para ser aprovado, não poderá encostar nenhuma parte do corpo nas marcações ou dentro do intervalo discriminado por elas. A parte do corpo mais próxima da linha de saída que tocar o solo, será a referência para a aferição da distância alcançada.

Desempenho mínimo: 1,80 metros.

Erros mais comuns:

- a) saltar com somente um dos pés;
- b) na aterrissagem projetar o corpo à frente com conseqüente rolamento; e
- c) tocar a linha de demarcação inicial ou, antes do salto, encostar qualquer parte do corpo no solo à frente da linha.

EXERCÍCIO ° 3 - AVALIAÇÃO DA RESISTÊNCIA MUSCULAR DA REGIÃO ABDOMINAL

Será avaliada através da flexão do tronco sobre as coxas.

- Duração: 01 (um) minuto.
Tentativa: 02 (duas). Posição inicial: deitado em decúbito dorsal, mãos cruzadas ao peito na altura dos ombros, joelhos numa angulação de 90°, pés alinhados com o prolongamento do quadril e firmes ao solo, fixados com o auxílio do avaliador, procurando manter as coxas e os joelhos livres.
1º Tempo: flexionar o tronco até tocar os cotovelos no terço distal das coxas (região próxima ao joelho).
2º Tempo: voltar à posição inicial até que as escápulas toquem o solo. Contagem: cada vez que o 1º tempo se completar, deve ser contada uma repetição.

Desempenho mínimo:

DESEMPENHO MÍNIMO	
13 a 19 anos	20 a 29 anos
30 repetições	26 repetições

Erros mais comuns:

- soltar as mãos do peito ou auxiliar a flexão do tronco com impulso dos braços;
- não encostar os cotovelos no terço distal das coxas;
- não encostar as escápulas no solo no 2º tempo;
- parar para descansar;
- não manter os joelhos na angulação de 90°; e
- retirar ou arrastar o quadril do solo durante a execução do exercício.

EXERCÍCIO Nº 3 - AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE AERÓBICA MÁXIMA

Será realizada por meio de uma corrida ou de uma marcha de 12 minutos.

- Duração: 12 (doze) minutos.
Tentativa: 01 (uma).
Apito: o teste é iniciado com um silvo curto de apito e termina com um silvo longo. Neste momento os avaliados iniciarão a volta à calma, caminhando no sentido perpendicular ao da execução do percurso, e assim devem permanecer até que o instrutor anote a distância por eles percorrida e o libere do teste.
Local: pista de atletismo ou qualquer outro percurso no plano horizontal, preferencialmente com 500r 100 metros, com declividade não superior a 1/1000 e devidamente aferido. O piso poderá ser de qualquer tipo, desde que seja o mesmo durante todo o percurso. Sempre que possível realizar marcações intermediárias para facilitar o avaliado no controle do seu ritmo de corrida.
Execução: a corrida de 12 (doze) minutos poderá ser feita em qualquer ritmo condicionado, podendo intercalar a corrida com caminhada, desde que essa alternância corresponda ao esforço máximo do avaliado para o tempo previsto, não podendo o mesmo parar ou sentar para descansar.
Contagem: o resultado obtido será em função da distância percorrida pelo avaliado durante o tempo estabelecido.

Desempenho mínimo:

DESEMPENHO MÍNIMO	
13 a 19 anos	20 a 29 anos
2090 metros	1960 metros

Observação: O candidato que não atingir o desempenho mínimo em qualquer um dos exercícios exigidos no TACF será considerado NÃO APTO.

ANEXO 6

REQUERIMENTO PARA TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO EM GRAU DE RECURSO

AO SR VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DESPORTOS DA AERONÁUTICA

Nome (e graduação, se militar) _____,
residente na(o) _____ Bairro _____
Cidade _____ Estado _____ CEP _____
Telefone _____ nascido em ____/____/____, natural de
_____, candidato ao EA CFT “B” 2007, inscrição nº
_____, tendo realizado o TACF em ____/____/____, na localidade
_____ e tendo sido considerado NÃO APTO, vem
requerer Teste de Avaliação do Condicionamento Físico em grau de recurso, conforme disposto
nas Instruções Específicas.

É a primeira vez que requer.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do candidato

.....
cortar aqui

RECIBO DO CANDIDATO

Recebi em ____/____/____, às ____:____ horas, o requerimento referente ao
TACF, em grau de recurso, do candidato _____

Assinatura e carimbo – Setor de Protocolo do SERENS

ANEXO 7

INFORMAÇÕES SOBRE AVALIAÇÃO DO EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA

1 EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA

1.1 O Exame de Aptidão Psicológica para o Curso de Formação de Taifeiros (CFT) é de caráter seletivo e será realizado segundo os procedimentos e parâmetros fixados em Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) e documentos expedidos pelo Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA).

2 DEFINIÇÃO

2.1 Processo de avaliação que visa estabelecer um prognóstico de adaptação, através da identificação nos candidatos de características psicológicas necessárias ao desempenho na atividade/curso/função pretendida.

3 ÁREAS AVALIADAS

3.1 PERSONALIDADE

3.1.1 Conjunto de características herdadas e adquiridas que determinam o comportamento do indivíduo no meio que o cerca. São avaliados os seguintes elementos:

- a) aspecto afetivo-emocional;
- b) relacionamento interpessoal; e
- c) comunicação.

3.2 APTIDÃO

3.2.1 Conjunto de características que expressam a habilidade com que um indivíduo, mediante treinamento, pode adquirir conhecimento e destrezas, a serem avaliados por meio da aptidão geral ou de aptidões específicas.

3.3 INTERESSE

3.3.1 Demonstração ou expressão de gosto, tendência ou inclinação pelas atividades inerentes à função pretendida.

4 TÉCNICAS UTILIZADAS

4.1 ENTREVISTAS DE GRUPO OU INDIVIDUAL, DIRIGIDAS E PADRONIZADAS

4.2 TESTES PSICOMÉTRICOS

4.2.1 Inteligência Geral.

4.2.2 Aptidão Específica.

4.3 TESTES DE PERSONALIDADE

4.3.1 Expressivos.

4.3.2 Projetivos.

4.4 QUESTIONÁRIO DE INTERESSE

5 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

5.1 O Exame de Aptidão Psicológica para o Curso de Formação de Taifeiros obedece a critérios que são estabelecidos em conformidade com os perfis ocupacionais e consubstanciados nos "Padrões Seletivos", documento de uso exclusivo do IPA, que contém informações básicas, requisitos de desempenho e instrumentos de avaliação psicológica específicos de cada atividade/estágio/função.

5.2 Os perfis ocupacionais, elaborados segundo os preceitos da metodologia da pesquisa científica aplicada à Psicologia Organizacional, são baseados no "Padrão de Desempenho de Especialidades", documento elaborado pelo Comando-Geral do Pessoal (COMGEP).

5.3 O "Padrão Seletivo" do Curso de Formação de Taifeiros, define os níveis mínimos de desempenho para cada área avaliada. Os candidatos são considerados indicados ao atingirem esses níveis estabelecidos.

6 RESULTADO

6.1 O resultado do Exame de Aptidão Psicológica só será considerado válido para o propósito seletivo para o qual foi realizado, sendo expresso por meio das menções "Indicado" (I) ou "Contra-Indicado" (CI).

- a) **Indicado:** candidato com prognose favorável de ajustamento e de adaptação ao ambiente de formação e/ou desempenho profissional por haver atingido os níveis de exigência referentes às áreas de personalidade, aptidão e interesse, contidos no perfil ocupacional básico da atividade/estágio/função; e
- b) **Contra-Indicado:** candidato com prognose desfavorável de ajustamento e de adaptação ao ambiente de formação e/ou desempenho profissional por apresentar resultados abaixo dos níveis de exigência, em uma ou mais áreas contidas no perfil ocupacional básico da atividade/estágio/função.

7 ENTREVISTA INFORMATIVA

7.1 O candidato que obtiver contra-indicação no Exame de Aptidão Psicológica a que se submeteu em grau de recurso poderá ter acesso à entrevista informativa referente aos resultados alcançados (art. 22 do Código de Ética Profissional do Psicólogo), por meio de requerimento próprio, dirigido ao Diretor do IPA.

ANEXO 8

REQUERIMENTO PARA EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA EM GRAU DE RECURSO

AO SR DIRETOR DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA

Nome (e graduação, se militar) _____,
residente na(o) _____ Bairro _____
Cidade _____ Estado _____ CEP _____ Telefone _____
_____ nascido em ____/____/____, natural de _____
candidato ao EA CFT “B” 2007, inscrição nº _____, tendo sido considerado
CONTRAINDICADO no Exame de Aptidão Psicológica realizado em ____/____/____, na
localidade _____, sob a responsabilidade do IPA, vem requerer Exame de
Aptidão Psicológica em grau de recurso.

É a primeira vez que requer.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura do candidato

Declaro ter sido submetido ao Exame de Aptidão Psicológica em grau de recurso,
em ____/____/____, na localidade _____,
pelo(a) Sr(a)_____.

Assinatura do candidato após o Exame

.....
cortar aqui

RECIBO DO CANDIDATO

Recebi em ____/____/____, às ____:____ horas, o requerimento referente ao
EAP, em grau de recurso, do candidato _____.

Assinatura e carimbo – Setor de Protocolo do SERENS

ANEXO 9

REQUERIMENTO PARA ENTREVISTA INFORMATIVA

AO SR DIRETOR DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA

Nome (e graduação, se militar) _____,
residente na(o) _____ Bairro _____
Cidade _____
Estado ____ CEP _____ Telefone _____ nascido em ____/____/____,
natural de _____ candidato ao EA CFT “B”
2007, inscrição nº _____, tendo sido considerado CONTRAINDICADO no Exame
de Aptidão Psicológica em grau de recurso, realizado em ____/____/____, vem requerer
Entrevista Informativa, com o objetivo de esclarecer o motivo de sua contra-indicação ao propósito
seletivo.

É a primeira vez que requer.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do candidato

Declaro ter realizado a Entrevista Informativa referente ao Exame de Aptidão
Psicológica, em ____/____/____, concedida pelo(a) Sr(a) _____.

Assinatura do candidato após a Entrevista

.....
cortar aqui

**INSTRUÇÃO: enviar o requerimento, com postagem registrada e Aviso de Recebimento,
para o seguinte endereço:**

Instituto de Psicologia da Aeronáutica – IPA
Av. Marechal Câmara, 233 – 8º Andar
CEP: 20020-080 – Rio de Janeiro – RJ

ANEXO 10

REQUERIMENTO PARA INSCRIÇÃO EM GRAU DE RECURSO

AO EXMO SR COMANDANTE DO COMANDO AÉREO REGIONAL (COMAR)

Nome (e graduação, se militar) _____,
residente na(o) _____ Bairro _____
Cidade _____ Estado _____ CEP _____ Telefone _____
_____ nascido em ____/____/____, natural de _____
candidato ao EA CFT “B” 2007, do COMAR _____, na especialidade de _____,
e tendo sido indeferida a sua inscrição no referido Exame de Seleção, vem requerer a V. Exa.
inscrição em grau de recurso, apresentando, em anexo, conforme o motivo do indeferimento, os
documentos assinalados a seguir:

- () novo FSI corretamente preenchido
- () GRU referente à taxa de inscrição
- () comprovante original do depósito bancário referente à taxa de inscrição
- () comprovante original do registro de remessa do FSI dentro do período de inscrição

É a primeira vez que requer.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do candidato

-
- Assinalar e anexar apenas os documentos que serão necessários para possibilitar o deferimento da sua inscrição.
 - Entregar pessoalmente ou enviar este requerimento, juntamente com os documentos assinalados, para o SERENS subordinado ao COMAR para onde concorrerá às vagas, via encomenda expressa (urgente) ou via ECT por SEDEX, conforme endereço constante do item 9 do Aditamento.
 - Caso o indeferimento tenha ocorrido por preenchimento incorreto ou incompleto do Formulário de Solicitação de Inscrição (FSI), enviar o FSI com o preenchimento correto dos campos que causaram indeferimento, observando o previsto nas IE. O novo FSI poderá ser obtido via Internet/Intraer.
 - Caso o indeferimento tenha ocorrido por falta de comprovação de pagamento, enviar o documento que comprove o recolhimento da taxa de inscrição no valor e data previstos nas Instruções.
 - Caso o indeferimento tenha ocorrido por falta do envio da GRU, enviar esse documento para confirmação dos dados constantes da Guia relativos à Unidade Gestora e ao candidato.
 - Caso o indeferimento tenha ocorrido por data de postagem fora do prazo, entregar pessoalmente ou enviar cópia do documento dos Correios que comprove o envio dentro do prazo previsto no AIE/EA CFT pertinente.
-

RECIBO DO CANDIDATO

Recebi o recurso e o(s) anexo(s) referentes ao requerimento de Inscrição em Grau de Recurso, em ____/____/____, do candidato _____

Chefe do SERENS